

Sábado, 09/5/92

POLÍTICA

HAROLDO HOLLANDA

O Congresso e o orçamento

Preocupam diversos parlamentares, com funções de maior responsabilidade em vários partidos, as freqüentes denúncias de irregularidades na Comissão de Orçamento do Congresso, a última das quais envolvendo o deputado Ricardo Fiúza, ministro da Ação Social, durante o período em que foi relator da proposta orçamentária em execução neste ano.

Refletindo esse sentimento, a procuradoria da Câmara acaba de sugerir várias providências, num encontro mantido na quinta-feira passada com o presidente daquela Casa, deputado Ibsen Pinheiro. Os parlamentares que formam a procuradoria, em suas recomendações ao presidente da Câmara, propõem uma maior transparência em todas as decisões relacionadas com o orçamento durante sua tramitação pelo Congresso. Segundo os estudos promovidos pela procuradoria, para corrigir distorções de todo tipo e natureza, deve-se permitir que os deputados tenham acesso instantâneo não só às emendas apresentadas na Comissão de Orçamento, como ao trabalho dos seus relatores.

A formação de um banco de dados, através do qual os parlamentares possam obter todas as informações disponíveis na Comissão de Orçamento, é considerada como medida saneadora de vital importância.

Explica o deputado Roberto Magalhães, um dos mais atuantes membros da procuradoria da Câmara, que se dependesse do grupo de qual faz parte, voltariam a prevalecer na Câmara, na elaboração do orçamento, os critérios que ali foram praticados durante a vigência da Constituição de 46. Mas isso depende de reforma constitucional. Na-

quela fase de nossa vida parlamentar o orçamento tinha andamento semelhante ao de um projeto comum, percorrendo durante sua tramitação no Congresso tanto as comissões técnicas da Câmara como do Senado.

Segundo o deputado mineiro Israel Pinheiro Filho, não há como melhorar a imagem da Comissão de Orçamento, se não forem adotadas algumas medidas racionais, como redução do número de seus integrantes, estabelecido atualmente em 120 deputados e senadores, e fixado um limite para apresentação de emendas. Para o parlamentar mineiro não houve dolo do deputado Fiúza como relator. Na hora do relator fechar o orçamento é um desespero. Só recorrendo à magia ou a efeitos especiais seria possível compatibilizar o excesso de emendas com os números finais das contas de orçamento, o que pode dar lugar a interpretações maldosas de que houve equívoco ou má-fé.

Nos corredores do Congresso se murmura ser imperioso deter também o poder de influência que têm, não só na elaboração do orçamento como dos gastos públicos, as empreiteiras nacionais, o que foi denunciado recentemente pelo ministro da Saúde, Adib Jatene. Também devem ser evitados exageros. Em todos os parlamentos do mundo deputados e senadores lutam por incluir no orçamento emendas que favoreçam as comunidades pelas quais foram eleitos. Nada mais natural, por exemplo, que o senador Mauro Benevides, presidente do Senado, tenha incluído no orçamento de 92 emenda que irá permitir a melhoria das atuais instalações do aeroporto de Fortaleza. Afinal de contas, Mauro representa o Ceará no Senado Federal.